Foia dos Rocêro: os tabaréus na redação [1]

Neuma Augusta Dantas e Silva [2]
Luis Guilherme Pontes Tavares [3]
Centro Universitário da Bahia - FIB

Resumo

Este artigo evidencia a linguagem caipira, adotada pelo jornal baiano *Foia dos Rocêro*, semanário humorístico de sátira política ao governo de Luiz Vianna; foi editado na Bahia de 1899 a 1968, mas estudado aqui apenas seu primeiro ano. A linguagem dos tabaréus, atributo peculiar do jornal, constituía-se um disfarce através do qual, o primeiro redator proprietário, *Coroné Zé Perêra Capa Bode*, apresentava um noticiário mais incisivo dos fatos políticos, da cidade do Salvador, na virada dos séculos XIX para XX. A abordagem lingüística identifica o periódico e enaltece uma característica histórica na formação dos falares da Língua Portuguesa, mais tarde, valorizado pelos modernistas. As letras caipiras caracterizavam um recurso usado pelo redator para fidelizar seu leitor real e presumido, além de demarcar um produto de comunicação legitimado, enquanto Português popular.

Palavras-chave

História da Imprensa baiana; jornalismo; linguagem caipira; humor; Pesquisa em Comunicação.

Corpo do trabalho

A imprensa de narrativa irreverente foi bastante praticada no século XIX e início do século XX, chegando a contar, na Bahia, com mais de 50 títulos de jornais humorísticos, entre os anos de 1800 a 1811. Esse estilo que carrega peculiaridades do universo cômico, intencionava propósitos diversos, desde a desforra dos poderosos, o riso fácil, a crítica política aos procedimentos antiéticos ou o protesto jornalístico, caracterizando uma oposição debochada.

---

[1] Trabalho submetido ao NP-Intercom, do VIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP-Folkcomunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Mestranda – e-mail: neumaugusta@gmail.com
[3] Orientador do trabalho. Professor do curso de Comunicação Social – Jornalismo da FIB-BA
e-mail: editor@alba.ba.gov.br, lulapt@svn.com.br

O jornal *Foia dos Rocêro* foi um deles. Periódico humorístico de crítica política, publicado a primeira vez em agosto de 1899 em Salvador, chegou ao ano de 1968. Seu primeiro redator, o *Coroné Zé Perêra Capa Bode*, imprimiu uma linha editorial de crítica às práticas políticas do governador do Estado, o conselheiro Luiz Vianna, a quem chamava *ratão*, e seus colaboradores, integrantes do Partido Republicano (PR). O periódico teve como princípio fazer oposição, embora as condições políticas e sociais não favorecessem as manifestações das classes operárias.

O universo da pesquisa abarca o primeiro ano de vida do jornal, de 1899 a 1900, quando as características essenciais do semanário, a linguagem caipira, o humor e a ironia, uso de pseudônimos e ilustrações estavam inteiras. No formato In-4, medindo 32 X 24 cm., o periódico apresenta-se com três colunas, preenchidas do editorial, artigos, trovas, charadas, versos, colunas e personagens travestidos de tipos rurais, distribuídos em quatro folhas que misturam graça e seriedade. O *Coroné Capa Bode* exercia papel de representante dos roceiros e, através do *órgo uficiá da roça e do partido do dizingrossa,* criticava os modos políticos e sócio-econômicos, utilizando-se de recursos humorísticos como meio de apresentar a noticia silenciada, zombando dos poderosos.

Os primeiros números do jornal foram impressos com o nome *As Coisa dos Rocêro,* aparecendo em 26 de agosto de 1899. Com este título foram encontrados seis números, de 5 a 11, datados de novembro a janeiro de 1900. A partir do nº 14, na última semana de janeiro de 1900, o jornal tomou o nome de *Foia dos Rocêro* e *Folha dos Roceiros.* Foram publicados 92 números de 1899 a 1903, sob a direção do *Coroné Capa Bode*. Numa nova fase, mais adiante, foi editado até 1968 com intervalos de desaparecimentos, mudanças no foco político, na linguagem caipira, no uso de disfarces de autores e na linha editorial.

Tais peculiaridades compõem a estrutura do semanário *Foia dos Rocêros*, as quais estão presentes nas práticas do jornalismo satírico brasileiro desde o século XIX, herdadas do modo narrativo do pasquim que (cf. SODRÉ, 1999, p. 156/157), "trazia para a rua uma política habitualmente preparada em gabinetes, introduzia o elemento popular naquilo de que ele havia sido propositadamente excluído".

A comunicação *Foia dos Rocêro: os tabaréus na redação* pretende apresentar o jornal analisado através de linguagem atípica, a fala dos tabaréus, a qual diferenciou o jornal

fidelizando o público e marcando de forma inusitada suas edições semanais. Quer entender como a linguagem caipira e humorística servia de disfarce para abordar a política no jornalismo.

No frontispício do exemplar de nº 9, quando ainda se chamava *As Coisa dos Rocêro*, em dezembro de 1899, o redator-proprietário adverte: *Voças sinhuria não inore não os erro da gramátia, apois está ainda um pouco lanzudo neste traviá. A Trogafia é cumo se purnuncia.*[4]

O termo *caipira*, de acordo com a hipótese de Antonio Geraldo da Cunha citado por Marilza Oliveira e Verena Kewitz (2002), procede do tupi *caipira*, por alteração de *caipora* ou *corupira*, que designava os demônios que viviam nas matas. A palavra veio a significar, por associação, o homem do campo, contrastando ao homem da cidade. Inicialmente, configurava o paulista da zona rural, depois o termo estendeu-se para todo morador do campo no Brasil.

A forma dialetal caipira se configura por diferenças no nível morfossintático e fônico. Ou seja, a pronúncia das palavras difere da norma culta da Língua Portuguesa que se aprende nas instituições de ensino. No âmbito morfossintático o linguajar afasta-se da concordância nominal (As coisa dos Rocêro) e da concordância verbal (Nóis barganhamo o nome da Foia). Em relação ao aspecto fônico há alterações de inclusão de vogais (alavantaro, dificulidade); supressão de consoantes (papé, animá) ou redução dos ditongos nasais em final de palavra (viage, bença, correro), esses são alguns dos exemplos que caracterizam a linguagem e sua associação com o homem não escolarizado que não vive e não conhece o progresso, como o senso comum interpreta.

A linguagem caipira por estar excluída da norma oficial de escrita do idioma, provoca juízos críticos, engraçados e desperta preconceitos por ser diferente. De natureza coloquial e simples, a forma dialetal do jornal *Foia dos Rocêro* representa uma das marcas que o identificam. Parece crer que o *Coroné Zé Perêra Capa Bode* organizou um dicionário próprio para manter a comunicação com o público, ou seja, era necessário elevado nível de criatividade para reproduzir um vocabulário específico, que deveria ser repetido, igualmente, em todos os textos, colunas e exemplares.

[4] (Vossa Senhoria não ignore os erros da gramática, pois está ainda um pouco lanzudo neste trivial. A ortografia é como se pronuncia).

Atenta-se para um detalhe do nome do redator do jornal *Foia dos Rocêro*. As referências, inclusive no período estudado, tratam sempre o jornalista pelo pseudônimo de *Coroné Zé Perêra Capa Bode*. Jesuíno Ávila seria o nome disfarçado do fundador da *Foia,* informação dada pelo segundo proprietário, Mário Paraguassú, no frontispício do jornal 1º do ano de 1957, em 09 de fevereiro [sic]: "Fundado em 1899, por Jesuíno Ávila, o Coroné Capa Bode".

Tal informação a respeito do primeiro proprietário não foi confirmada nas pesquisas; ao contrário, as poucas citações do jornal ao seu primeiro proprietário, mesmo menções em outros jornais ou escritos sobre a imprensa da Bahia, sempre se referiam ao pseudônimo. Tratamento igual era dado aos "repórteres", "colaboradores" e colunas do jornal, sempre com nomes ligados ao universo do campo. Exemplo, *Mané Priquito, Janjão Capa Bode, Mané Caipora,* Zé *Pinica Pau* ou a coluna literária *Foetinho – Como se casa um matuto.*

O suposto fundador do jornal então, se despersonalizou para assumir a identidade do *Coroné Capa Bode* e escrever como tal. Com esse nome próprio ele imprimia existência ao redator e ao jornal Foia *dos Rocêro*, fazendo circular seus textos na sociedade baiana do início do século XX. Uma outra possibilidade de perceber o jornalista da *Foia dos Rocêros* como autor, vem das afirmações de Marques de Melo (2003) ao discutir sobre a forma monolítica de expressar opinião dos jornais escritos por uma só pessoa.

A diferença da linguagem peculiar referida, longe de ser uma invenção, tem origens históricas explicadas pela professora e pesquisadora do Instituto de Letras da Ufba, Rosa Virginia Mattos e Silva (2002). Segundo ela, o *português popular brasileiro*, composto na oralidade, teve seu principal elemento difusor na população de origem africana, "que teve de abdicar de suas línguas, e que adquiriu a língua de dominação, reformatando-a profundamente" (MATOS E SILVA, 2002, p. 456).

Trata-se de um fenômeno lingüístico oriundo do deslocamento de adultos por emigração, imigração, diásporas ou dominação de territórios em guerras por outros povos. O desterrado passa a adaptar o novo idioma aos sons que ele já conhece. Dessa maneira, novas palavras são criadas pela urgente necessidade de comunicação. Assim ocorreu com todas as línguas românicas nascidas entre os povos conquistados por Roma e com os escravos vendidos ao Brasil.

A pesquisadora de Língua Portuguesa considera que a linguagem adquirida na oralidade, sem controle da normatização escolar, da escrita, portanto, em situação de "aquisição imperfeita" ou de "aprendizagem irregular" (LUCCHESI apud MATTOS E SILVA, 2002, p. 460), resultou nas formas do que ela denominou do *português brasileiro popular*. Entre tais formas, deduz-se, esteja incluída a fala caipira. Essa língua popular deriva, na visão da pesquisadora, do encontro multilinguístico das populações que formaram o Brasil, entretanto, o elemento difusor do português seria o descendente dos africanos, que dominava a população no Brasil colônia.

As pesquisadoras paulistas Oliveira e Kewitz (2002) confirmam o nascedouro da linguagem dos *tabaréus*, também a partir de observações compartilhadas do viajante Saint-Hilaire: Deslocando-se de Minas para São Paulo, notou que os agricultores mineiros falavam a língua próxima ao europeu, já os moradores da zona rural de São Paulo, falavam mal o idioma. O próprio viajante encontrou a explicação no fato de que, na zona rural mineira, viviam descendentes de portugueses, enquanto a área paulista era habitada por mestiços. As autoras dizem ainda que a desqualificação do caipira está ligada aos interesses da elite sulista:

> Usava-se a idéia de desqualificação do caipira para justificar a adoção de uma política voltada para a implantação do trabalho de braços europeus, [...] pois o ideário de progresso e civilização, para a elite, só poderia ser materializado pelo branco europeu (OLIVEIRA e KEWITZ, 2002, p. 141).

Essa desqualificação dominou o território nacional, passando a expressão e o homem caipira, para as estudiosas, a receber interpretações depreciativas, como isolado, desinformado, ignorante e ainda, avesso às novidades, distante do progresso e incivilizado. A expressão vai contrapor o urbano e o rural; o rústico e o civilizado; o mestiço e o branco ou português. A imposição de progresso implantada no país, no início do século XX, era pautada em modelos europeus tanto para a arquitetura das cidades como para mudanças de comportamento, que descartavam o popular, os costumes dos africanos, o caipira. Em contraposição ao estrangeiro idealizado, via-se o homem do campo como indolente, sem ambição ou incapaz, conforme as autoras.

Amadeu Amaral, em seu livro *O dialeto Caipira* (1995), faz uma viagem pela fonética, léxico, elementos precedentes, assim como pelas diferenças regionais e contextualização da linguagem no início do século XX. O autor diz que a substituição do braço escravo pelo assalariado afastou os brancos da convivência cotidiana dos negros, modificando um dos fatores da diferenciação dialetal. Mas, acredita-se que não completamente, pelo menos para o redator do *Foia,* falar caipira era uma regalia.

O *Coroné Zé Perêra Capa Bode*, no exemplar nº 15 da *Foia dos Rocêro*, em fevereiro de 1900, escrevia ao Capitão Jacinto Sampaio, autor do Folhetim editado no jornal, para esclarecer que o colaborador e outras pessoas, que estavam fora do círculo demarcado pela linguagem, não dominavam o dialeto. O redator considerava-se do campo, mas nem por isso excluído, ao contrário, dizia: *Eu sou Coroné e voincê Capitão. Memo qui a voça sinhuria ainda non tirou o privilego de iscrevê e fallá no traviá da língua da gente cá de fora, arrepare dereito qui tanto adiente cumo atrais de voça sinhuria hai munta gente.* [5]

Para o *Coroné Capa Bode*, a forma dialetal exclusiva do semanário, não demonstrava ignorância, antes significava um código a que poucos tinham acesso. Esse diferencial exigia do "estranho" um aprendizado que se traduzia como privilégio da gente cá de fora, ou seja, de um espaço exclusivo. O discurso do redator transparece autonomia, orgulho, altivez e franqueza do homem do campo. A ausência de retórica não tirava a honra do roceiro.

O afastamento dos falantes caipiras do mundo que se queria "civilizado" e sua ausência das salas de aula geraram a exclusão e o rótulo de erro lingüístico, mas há controvérsias. O professor aposentado de Sociologia da USP, José de Souza Martins, diz que o considerado "falar errado" nesse caso, de fato, não é "errado". O dialeto caipira, defende o professor, é uma variação dialetal da língua portuguesa fortemente influenciada pelo nheengatu (tupi regulado pela gramática da língua portuguesa, com inclusão de palavras espanholas e portuguesas).

[5] (Mesmo que V.Sa. ainda não teve o privilégio de escrever e falar no trivial da língua da gente cá de fora, repare direito que tanto adiante como atrás de V.Sa. há muita gente...)

> Na verdade, o dialeto caipira, resíduo de uma proibição do rei de Portugal, se refugiou no interior do Brasil, onde era menor o alcance da repressão lingüística determinada pelo monarca no século XVIII. Além disso, a fortíssima presença do negro escravizado nessa costa atenuou a importância do dialeto caipira e introduziu sonoridades de línguas africanas, o que é bem claro na Bahia e em Pernambuco, mas também no Rio (MARTINS, s/d).

A linguagem interpretada como caricatural pode ser considerada agramatical, porém em termos lingüísticos é aceitável pelos estudiosos da matéria. Para o especialista de cultura popular, as dificuldades de pronúncia de certos sons da língua portuguesa pelos índios dos séculos XVI a XVIII e também pelos mestiços, seus descendentes, os chamados caipiras, marcaram as sonoridades do dialeto caipira. A informação é confirmada pelas pesquisas de Mattos e Silva (2004) ao dizer, como já foi citado, que o português geral no Brasil é fruto da herança da língua do índio autóctone, do europeu colonizador e do negro africano que aqui chegou ao século XVI.

O estrangeiro que veio trabalhar nas terras brasileiras foi valorizado em detrimento ao elemento nacional. De acordo com as professoras paulistas, OLIVEIRA e KEWITZ , dessa situação surgiria uma outra acepção do termo caipira, "distinta, ainda que aparentada", de preguiçoso e vadio, por oposição ao colono europeu, "que passou a ser a definição do brasileiro enquanto tipo social simbolizado nas personagens Jeca Tatu e Macunaíma" (NAXARA apud OLIVEIRA e KEWITZ, 2002, p. 142). Todavia o Jeca Tatu não simbolizou somente um aspecto negativo do caipira. Monteiro Lobato quando criou o personagem, estava contribuindo, conforme Coutinho (1980), com a "renovação estética" das artes e letras e com a valorização do elemento nacional, o homem brasileiro do sertão.

A linguagem sertaneja dos roceiros, portanto, pode ser apreciada à luz da inquietação que há muito provocava os intelectuais do país desde a segunda metade do século XIX, quando se buscava uma autodefinição nacional, no dizer de Coutinho (1980). O Pré-Modernismo e o Modernismo, que eclodiram com raízes fincadas no passado, valorizavam a realidade do país, temas nacionais, folclóricos, históricos, regionais, e com uma linguagem brasileira.

Para Daniel Lobato Duclós (s/d), apesar de alguns jornais procurarem adotar uma norma mais formal, outros buscam maior identificação com as formas populares, havendo assim, jornais para todos os níveis sócio-culturais, embora os extremos fiquem restritos a algumas áreas. A imprensa brasileira, como instituição oficial que é classificada, por questões de obediência à Língua Portuguesa culta, sempre foi escrita seguindo a gramática normativa. Existiram alguns periódicos humorísticos, na Bahia, porém a *Foia dos Rocêro* e a *Gazeta dos Roceiros*, são os exemplos de impressos encontrados nas bibliotecas que escreviam em linguagem dos tabaréus.

Tido talvez como um caso extremo pelos "protetores" da fala tradicional, a escolha lingüística do semanário também provocava ameaças e pressão ao *Coroné*, por parte dos políticos. O exemplo se encaixa na reclamação constante do exemplar nº 35, que comemorava o aniversário de um ano de publicação, em agosto de 1900. *Diz o Abiudo...*

> ...qui um tá zarolho pru nome Jão Farnande, Consieiro ingrocêro, lambedou de cardo, instradou das butina dos Papa-mé, feis uã fallação na Cambra na derradeira ajuntação qui teve pra mode vê se s'acaba cá Foia dos Rocêro, diz qui pruvia de já ta distraviando o fallá das criança piquena.[6]

A forma de noticiar do periódico da roça incomodava os poderes oficiais. È uma marca a ausência das reclamações feitas no *Foia,* em atas de reuniões, publicações institucionais ou nos jornais considerados como grande imprensa do período estudado (1899-1900). Acredita-se que o fato simboliza um olhar de menos importância à imprensa alternativa. Tal aspecto encontra apoio nas pesquisas do professor Saliba ao afirmar que o recurso cômico era pouco difundido no final do século, além de haver um "mal disfarçado desprezo da cultura em geral pela produção humorística", associada ao "degradante, agressivo..." (SALIBA, 2002, p. 43)

É importante registrar que a linguagem caipira faz parte, nesse caso, do jornalismo humorístico praticado pelo *Coroné Capa Bode*, uma vez que provocava no leitor, antes

[6] (Diz o abelhudo que um zarolho por nome João Fernandes, Conselheiro bajulador, falou na Câmara na última sessão, para acabar com a *Foia dos Rocêro*, porque está prejudicando a fala das crianças pequenas).

de qualquer reflexão, o riso. Outro propósito do redator-chefe era gerar a proximidade, a identificação, que também se constitui uma característica do humor. O efeito engraçado desarma e faz com que o leitor se envolva mais com a história.

Através do texto divulgado no exemplar de nº 36, em agosto de 1900, o redator-proprietário justifica a publicação de versos escritos em português culto, enviado por um crítico do governador Luiz Vianna, assinado por *Tébas*. Cabia ao jornalista explicar, ao seu público leitor, o porque da nota em escrita fora do padrão de linguagem do jornal: ***Oiem bem !**, Esses verso sahiu tudo distraviado na trografia pruvia do moço quiscreveu sê da cidade, é pur esse cunsiguinte nem sabe a língua da gente.*[7]

As letras caipiras caracterizavam um recurso usado pelo redator para fidelizar seu leitor real e presumido. Afinal houve um rompimento do "contrato" pré-estabelecido que precisava ser explicado. A atitude do Coroné liberava o autor e os versos para serem publicados na *Foia*, mesmo não seguindo o código diferenciador; seu poder autorizava e legitimava a fala do moço da cidade que não sabia a língua dos roceiros.

Seria justo valorizar o dialeto caipira, constante nas páginas do semanário, como uma atitude do *Coroné Capa Bode*, não só de demarcar um produto de comunicação legitimado enquanto Português popular, como de chamar atenção dos poderes para um falar resultante de conjunções históricas de imigrantes massacrados. Afinal, segundo os estudos do *Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia* (UFBA), "na sociedade, predomina uma visão elitista e excludente que circunscreve a língua a um padrão normativo anacrônico, decalcado dos modelos do português europeu" (LUCHESI, s/d).

O jornal *Foia dos Rocêro* parecia mostrar, com essa escolha dialetal, que o caipira ou analfabeto não era alienado, ignorante ou desinformado como poderia parecer, conforme as conotações sociológicas que a expressão ou a linguagem adquiriu através dos tempos. Conforme os diálogos de roceiros nas colunas do periódico, eles se interessavam pelas notícias da cidade, discutiam os procedimentos políticos e assumiam um posicionamento crítico diante das mazelas sociais e administrativas.

[7] Esses versos saíram destraviados/desencontrados na tipografia, porque o moço que escreveu é da cidade, é por esse motivo que não sabe nossa língua.

Vejamos na coluna Imbirrança do nº 20, abril de 1900, a crítica sobre uma decisão da administração do vapor de Juazeiro em limitar o peso das bagagens de passageiros com fim de sustar o contrabando,

> ***Imbirrança***
>
> *- Imbirrei, cumpade*
> *- Cum que, home?*
> *- Cá nova leis da istrada do vapou do Juazeiro*
> *- [...]*
> *- Diz qui agora hade levá marmente uã trôxa de roupa qui peze deis kilo.*
> *-[...].*
> *- Oixen deis kilo peza 2 carça de tororó, um chapéo de couro e um pá de sóco; agora camiza, lenço de limpá nariz e siloura?*
> *- Home, eu tou quoje dizendo a voincê qui é mais mió o viageiro, meu sinhou, alugá um animá de sella, sustentando um bizinho a chiculatre c'um requeijão inté disapiá dentro do Juazeiro, do qui tomá o vapou da istrada. [...]*
>
> *O Imbirreiro* [8]

Esse exemplo mostra que, além de noticiar as ocorrências da vida urbana o jornalismo do *Foia* incluía a crítica a decisões administrativas que atingiam a vida dos baianos no interior do estado. O *imbirreiro* conversa com seu compadre sobre um assunto sério que atingia um segmento usuário da embarcação ao longo do Rio São Francisco, de forma irônica e engraçada, no falar da sua gente.

A forma humorística que o editor-chefe do jornal *Foia dos Rocêro* encontrou para escrever, sob a estratégia lingüística da forma dialetal caipira, não se justificava apenas por ser engraçada. Havia propósitos de conquistar o leitor, criticar e, provavelmente, provocar o poder, estratégias escolhidas assim, para combater arbitrariedades com certa liberdade. Afinal não havia respeito às idéias diferentes na virada do século. Segundo a

[8] (- Imbirrei compadre,
- Com que, homem?
- Com as novas leis da estrada do vapor do Juazeiro
- Diz que agora há de levar malmente uma trouxa de roupa que pese dez quilos.
- Oxente dez quilos pesam duas calças curtas, um chapéu de couro e uma par de tamancos; agora camisa, lenço de limpar nariz e cueca?
- Homem, eu estou quase dizendo a você que é melhor o passageiro alugar um animal de sela, sustentando o bichinho a chocolate e requeijão até chegar em Juazeiro, do que tomar o vapor da estrada...[...]
O imbirreiro

historiadora Consuelo Novais Sampaio[9] (2007), apesar de haver franca liberdade de imprensa perante a lei, o poder político e a elite reagiam sob a pressão de interesses contrariados. A liberdade de imprensa existia na "letra morta", (SODRÉ, 1999) ou seja, a lei não era cumprida, quem ousasse contestar a ordem vigente era punido secretamente.

Na edição de nº36, agosto de 1900, o Imbirreiro queixa-se ao compadre do conselheiro e médico, João Fernandes, *pruque elle féis uã falação na Cambra pra mode s'acabá cãs Foia de seu Coroné; pruvia diz lá elle, de ta fazendo viço na língua do povaião da Capitã* [10]. A ameaça, que às vezes ocorria a nível físico, mostra as práticas usadas.

A escolha em escrever num "dialeto" caipira constituía-se na demarcação do terreno da irreverência, espaço esse desprestigiado; também pode ser entendida como "uma rebeldia ortográfica" (CARPEAUX apud JANOVITCH, 2006, p. 170) apresentada como atitude anárquica, contra o poder oligárquico e a grande imprensa. De um lado estava a notícia como discurso oficial; do outro, a notícia como discurso rebelde.

O *Coroné Capa Bode* rompeu com a norma culta praticada na imprensa para fidelizar seu leitor, fazer a crítica e legitimar a fala do taberéu. A linguagem caipira aproximava-se do público da capital, porque todos riam, afinal as raízes do riso vêm das festas populares; distanciava-se, porque tal qual a ironia, é um código cifrado. Se a população era pouco alfabetizada, não havia tantos para ler a linguagem culta, nem mesmo essa linguagem construída pelo autor. Todavia era um diferencial do periódico, uma ação de combate contra os desmandos da política do governador Luiz Vianna, um meio de disfarçar os escândalos políticos.

O discurso jornalístico do periódico humorístico *Foia dos Rocêro* demarcou, como uma crítica viva, os costumes e a vida política da Bahia. Mesmo o redator não assinando seu nome verdadeiro, a obra transformou-se numa testemunha sócio-histórica e um documento jornalístico que atesta uma fase da imprensa baiana que hora tem-se o prazer de reler. O trabalho pretende retirar o jornal do anonimato a que foi relegado, possivelmente por suas características populares, para contribuir com as pesquisas em comunicação, a formação da memória do jornalismo baiano e brasileiro.

[9] Em entrevista por telefone a autora em 31 de agosto de 2007.
[10] (...porque fez uma falação na Câmara para se acabar com a Foia de seu Coroné; por via diz lá ele, de está fazendo vicio na língua do povaião da Capital).

Referências bibliográficas

AMARAL, Aracy. **O Dialeto caipira**. São Paulo:Anhembi, 1995.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**: história da imprensa brasileira. 4ed. Ver.e amp. São Paulo:Ática – Básica Universitária, 1990.

BARBOSA , Gustavo & RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. Disponível em http://www.facom.ufba.br/sala_de_aula/sala2/barthes1.html. Acesso em 08 de ago de 2007.

BLACK, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográphico Brasileiro**. 1883, 1893, 1895, 1898, 1899/1900,1902.

CARVALHO, Alfredo de, TORRES; João Nepomuceno. **Os Annaes da Imprensa da Bahia.** Salvador: Typographia Bahiana de Cincinnato Melchiades. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1911.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura no Brasil**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

DIAS TAVARES, Luis Henrique. **História da Bahia**. 10 ed. Salvador: EDUFBA/UNESP, 2001.

FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. **"Fazendo fita"**: cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1987-1930. Salvador: EDUFBA. Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Baianos, nº 150, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**? Trad. Antonio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. 2ed. Lisboa: Vega - Passagem, 1992.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. Salvador. **Actas de sessões ordinárias e reuniões periódicas do Conselho Municipal da capital do Estado Federado da Bahia**. Livro de Actas. 1900.

JANOVITCH, Paula Ester. **Preso por trocadilho**. A imprensa de narrativa irreverente paulistana 1900 – 1911. São Paulo: Alameda, 2006.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística.** 7ed. São Paulo: Ática, 2003. Série Princípios.

LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963 – V. 1, 2, 3, 4.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ed. Ver. E ampliada. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Nheengatu e dialeto caipira**. Disponível em http://www.sosaci.org/balaio2.htm. Acesso em 03 maio 2007.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIN Tânia Maria (Org.) **Para a história do Português Brasileiro**. São Paulo: FLP/USP. Vol.III, Novos Estudos. 2002.

MATTOS, Sérgio. A Censura no Brasil Republicano. In: MARQUES DE MELO, José (org). **Síndrome da mordaça:** mídia e censura no Brasil (1706/2006). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

_____, Sérgio. **Mídia Controlada**: A História da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005. Comunicação.

MATTOSO, Kátia M.de Queirós. **Bahia, Século XIX** – Uma província no Império, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NOVAIS SAMPAIO, Consuelo. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República 1889-1930;** Uma política de acomodação. Salvador: Centro Editorial e Didático da Ufba, 1975. Estudos Baianos Nº 10.

OLIVEIRA, Marilza; KEWITZ Verena. A representação do caipira na imprensa paulista do século XIX – Estudos sobre História Social e Mudança Lingüística. In: DUARTE, Maria Eugenia Lamaglia; CALLOU Dinah (org.). **Para a História do Português Brasileiro.** Rio de Janeiro: FAPERJ - UFRJ/LETRAS, 2002. Volume IV – Notícias de Corpora e outros estudos.

PASSOS, Sabrina. **O Processo autoral e a despersonalização como ferramenta**. In: Seminário de Cultura e Semiótica, no Bom Jesus/Ielusc (Associação Educacional Luterana), em dezembro de2002. Disponível em http://redebonja.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/rastros05/rastros0505.html. Acesso em: 18 maio 2007.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia. Disponível em http://www.vertentes.ufba.br/transcricao.htm. Acesso em 01 e 02 de setembro de 2005.

RIBEIRO, Lavínia M. **Imprensa e Esfera Pública**: O Processo de Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964). In: I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho – Mídia Brasileira, 2 séculos de história.

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da Cidade da Bahia**. 2.ed. Rio de Janeiro : Versal, 2004.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso**: A Representação Humorística na História Brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEPÚLVEDA, Cecília. **Definindo a Modernidade através do Urbano**: Salvador na passagem do século XIX e XX segundo a perspectiva do romance "O Feiticeiro" de Xavier Marques. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** 4ed. Atualizada. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto. **A Construção do Leitor no Jornalismo impresso**- Estratégias de construção da recepção dos gêneros artigo opinativo e reportagem nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea, Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2004.

TAVARES, Luis Guilherme Pontes (org). **Apontamentos para a História da Imprensa da Bahia.** Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005.

TEIXEIRA, Tattiana. **O Bom-Humor da Imprensa.** Um estudo das charges contemporâneas. 1998. 101 pág. Disesertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial. 1999